

O tema deste evento vem ao encontro de algumas reflexões que vimos fazendo nos 16 anos de existência do Grupo Psicanálise e Contemporaneidade.

O elemento disparador para nossa pesquisa foi um texto de Thamy Ayouch, publicado na revista Percurso 51, no qual ele se indaga se o político é unicamente situado na realidade exterior ou no centro da estruturação e da organização psíquica do sujeito. O autor se refere a uma reivindicação feita por vários psicanalistas de uma dimensão não política da psicanálise, considerando tais questões sem relevância, assuntos sociais. Essa dimensão, segundo ele, era recusada no interior da sociedade psicanalítica em nome de uma dissociação entre subjetivo e o social, sendo o primeiro o único alvo da psicanálise. Propomos pensar então qual a dimensão política da psicanálise e que efeitos poderia ela produzir.

Ao buscarmos definir o conceito de política com o qual trabalharíamos deparamo-nos com a necessidade de circunscrever outros correlatos: o de cultura, de ideologia e de civilização.

Wolfgang Leo Maar propõe algumas definições importantes para tecer o fio que nos propusemos desenvolver: política, civilização, cultura, ideologia. Antes de mais nada salienta que a palavra política tem variados sentidos, mas um em especial “que goza de indiscutível unanimidade: a referência ao poder político, a esfera política institucional”. Todas as atividades associadas de algum modo à esfera institucional política e ao espaço onde se realizam, também são políticos.

Mas política também comporta outros sentidos.

Assim podemos falar de política da igreja, de sindicato, das empresas, das pessoas no seu relacionamento cotidiano, ou seja, do conjunto de ações e propostas, que visam a realização de determinadas metas, objetivos, definidos por certo grupo de pessoas ou por um indivíduo.

Portanto, há num mesmo tempo e espaço social varias propostas políticas que podem estabelecer relação entre si e com a trama social em busca de expressão política e

até de mudanças institucionais. Tal dimensão originária perdeu-se no enfoque institucional.

O autor entende que a atividade política, longe de ser apenas voltada para uma transformação do “mundo objetivo” com vistas ao futuro, significa, no presente, o exercício de uma atividade transformadora da consciência e das suas relações com o mundo. As propostas políticas deveriam ser repensadas no que elas têm a oferecer já, aqui e agora, no que elas têm de significado humano, imediato, real, sem que isto signifique o abandono de perspectivas mediatas para o futuro como metas necessárias. À atividade política caberia privilegiar o estudo e a transformação das condições objetivas na sociedade que permitissem renová-la estruturalmente, de modo a possibilitar, então, a plenitude da vida individual e coletiva.

A democracia por sua vez, longe de se esgotar nos fins, precisaria se apresentar nos meios. A reunião num coletivo de individualidades diferentes precisa se assentar no respeito à diversidade dos interesses isolados. Cria-se assim uma nova dimensão social, em que a diversidade apresenta-se numa prática política que relativiza as arestas mais ásperas do confronto de interesses, na medida em que as consciências se transformam, e com elas os próprios objetivos individuais. A democracia passa a se interiorizar como uma conduta pessoal, de modo que as escolhas pessoais possam encontrar-se com as escolhas políticas.

Prosseguindo em nossa pesquisa consultamos o Dicionário de Sociologia Globo que afirma: “Cultura é o sistema de ideias, de conhecimentos, de técnicas e de artefatos, de padrões de comportamento e atitudes que caracteriza uma sociedade. A perpetuação ou aquisição da cultura é um processo social e não biológico, razão pela qual se usa o termo “herança social” em lugar de cultura”.

“O fato fundamental de toda a cultura é a linguagem: um sistema de símbolos verbais destinado à comunicação inter humana. Sem comunicação verbal, nenhuma das formas de vida social tipicamente humana poderia ter se desenvolvido”. “A cultura dá ao homem um certo grau de controle sobre o meio ambiente. Mas em todas as sociedades há necessidade de dominar também o meio formado pelos próprios homens . Os contatos que os ligam entre si e que lhes constituem uma espécie de “atmosfera vital” precisam ser regulamentados. Dai a necessidade de se estabelecerem padrões de comportamento que surgem em forma de costumes, tradições, convenções, usos, leis, *mores*, ritos e etiquetas.” É uma herança social e consiste nos modos de sentir, pensar e agir

padronizados, socialmente aprovados por um grupo e que se transmite de geração em geração. “Mudanças ocorridas em uma esfera cultural envolvem mudanças em outras esferas, provocando desequilíbrios e mesmo desintegração”.

O imbricamento de todos esses conceitos fica mais explícito quando verificamos que “no âmbito da política os interesses sociais dos homens, no seu trabalho, tanto no espaço público quanto privado, apresentam-se como objetivos políticos e que da mesma forma, no plano cultural estes mesmos interesses cotidianos apresentam-se como valores culturais”.

Podemos pensar sobre a função política da cultura e sobre função cultural da política.

A atividade política tem um papel libertário, uma função de expressão livre dos valores de uma civilização em contraposição à obstrução ideológica que faz com que certos interesses e suas orientações políticas exerçam função de dominação.

A questão da política na subjetividade necessita ser pensada conjuntamente com a noção de alteridade e neste sentido concordamos com vários autores tais como Birman e Roudinesco que a Psicanálise somente pode se desenvolver em regimes democráticos.

O pressuposto da democracia consiste em dar voz à multiplicidade de interesses que compõe o tecido social, conflitivo em sua essência.

Freud realiza um ato político ao dar voz às histéricas. À palavra dada abre-se a perspectiva da importância das experiências e das marcas deixadas por elas como elementos que originam os sentidos, permitem as construções fantasísticas pelas quais se expressarão os desejos que exigirão ganhar sentido.

Através de conceitos como Inconsciente, sobredeterminação, assujeitamento, Complexo de Édipo e da transferência, Freud defende a universalidade da psicanálise. O processo de tornar-se humano envolve a intersubjetividade, independentemente da variedade cultural.

Joel Birman observa que a Psicanálise foi e é criticada por não ter maior engajamento político e por uma posição de neutralidade política ideológica. Em alguns momentos históricos a via esperada da participação era a da política institucionalizada, regida por uma lógica totalizadora, avessa à psicanálise.

Também foi instada a elucidar mecanismos que permitiriam compreender a adesão dos sujeitos a regimes totalitários e a saber de que forma e por que se aceita a opressão política e a exploração econômica.

Birman considera que essa convocação levaria a Psicanálise a se apresentar como um discurso totalizante, da sociedade como um todo e a transformaria “num saber sobre a sexualidade e sua prática apenas teria sentido se estivesse voltada para liberar as massas oprimidas”.

Assim diz ele: “a relação da psicanálise com a política acaba por ficar equivocada por este caminho teórico, tal a amplidão que se exige na articulação do ato psicanalítico e da prática política. A psicanálise não seria apolítica como se poderia pensar, nem tampouco libertadora absoluta da sexualidade e das amarras do poder. O que a psicanálise encontra no fundamento de qualquer sujeito é a luta interminável deste contra as imposições da ordem cultural, pelas marcas que esta impõe na organização pulsional e as transgressões que o sujeito realiza para superar as normas que lhe marcam de modo indelével. Portanto, seria neste espaço de conflito que a psicanálise procura recolocar o sujeito, estrutura básica de sua constituição”.

É por este caminho que o ato psicanalítico pode apresentar efeitos políticos, na medida em que se choca com ideologias fundamentais da nossa modernidade. A psicanálise não promete a cura, mas busca aumentar as possibilidades de liberdade para o sujeito, o que implica a abertura de soluções subjetivas de acordo com a infinidade de articulações pulsionais. A singularização das figuras implicadas na relação intersubjetiva funcionaria como obstáculo a um discurso normativo sobre a subjetividade e a cura, o que retira qualquer sujeito deste lugar de detentor de um suposto saber absoluto sobre o outro.

Caterina Koltai afirma que toda psicanálise é política, que o sintoma é social e também político. Entende que estamos num tempo de barbárie, momentos de ruptura do pacto civilizatório. Segundo ela, a psicanálise redireciona os tempos de barbárie para a civilização, ampliando as possibilidades da alteridade. É através da psicanálise que aceitamos assim, de uma forma melhor, as diferenças encarnadas pelo outro, tornamo-nos menos ideológicos em relação às crenças religiosas, diminuimos nossas certezas, o que não significa que nos tornamos menos políticos. O psicanalista não sabe o que é o bem para o outro, deixa-se interpelar pelas diferenças que o outro coloca.

Ainda nesse eixo, Birman define a barbárie como oposto da civilização. Ambas pertencem ao imaginário coletivo há pelo menos dois séculos, estando sempre em situação de guerra. A mobilidade e a relatividade são suas principais marcas. Essa oposição foi historicamente construída na modernidade no Ocidente, produzindo formas de subjetivação delineadas de maneira hierárquica, com as marcas políticas, éticas e

estéticas que as caracterizavam. O autor anuncia a presença da barbárie no campo da civilização, de maneira eloquente.

Analogamente, o psiquismo poderia realizar progressões para os registros mais ordenados da subjetividade, assim como regressões para o registro fragmentar do inconsciente e das pulsões. Portanto, o psiquismo se movimentaria entre progressão e regressão, isto é, em direção à civilização e em direção à barbárie, num processo sempre sincopado e permeado pela conflitualidade.

A regressão à barbárie e o progresso para a civilização não seriam mais agora movimentos excludentes, mas se inscreveriam num mesmo processo, sempre permeado pelo conflito. Seria, assim, preciso regredir à barbárie para poder então progredir para a civilização, na medida em que o primeiro movimento seria a condição de possibilidade para que o sujeito pudesse promover o retorno das potências eróticas e de certas modalidades de enunciação.

Caterina afirma que quando o psicanalista entra em contato com sua própria divisão enquanto sujeito, abre mão do autoritarismo e da rigidez frente ao outro. Entende que o analista não precisa esconder suas opiniões, porém, não pode ser partidário, senão cala a voz de qualquer oponente.

A ideia de militância na psicanálise dentro de uma lógica da conversão, na tentativa de formação de um pensamento homogêneo que vai pensar a ação política como coletiva e institucional choca-se com as idéias de Freud, afirma Christian Dunker. Segundo ele, vivemos um questionamento da política e a psicanálise tem algo a dizer. A psicanálise afina-se com a democracia, pois ambas nascem da palavra, através delas se criam e se tratam as diferenças. Ambas se originam da associação livre, posição moderna para que se fale em política. Hoje vivemos um acirramento do ódio com a polarização e o crescimento da violência. Relaciona uma parte do ódio com o luto pela nossa incapacidade de lidar com as diferenças. Afirma que precisamos pensar num novo projeto, pacto, reformas, respeitando o tempo.

Wladimir Saflate, pensando numa transformação política possível, propõe pensar a vida social como um circuito de afetos entre sujeitos, entre instituições. Os afetos nos remeteriam a sistemas individuais de fantasias e crenças, o que impossibilitaria a compreensão da vida social como sistema de regras e normas. Tal distinção não seria apenas uma realidade de fato, mas uma necessidade de direito. Freud insistiu na possibilidade de ultrapassar tal dicotomia, mostrando quão fundamental é uma reflexão

sobre os afetos, no sentido de uma consideração sistemática sobre a maneira como a vida social e a experiência política produzem e mobilizam afetos que funcionarão como base de sustentação para a adesão social. Somos afetados no interior da vida social. Afetos que produzem efeitos, muitas vezes inconscientes, circulando em todos os níveis sociais. Tenderíamos em priorizar a razão e colocar as paixões para fora da vida política, pois essas nos desestabilizam e não nos servem como mediadores dos conflitos sociais. Saflate entende os afetos como algo que constitui nossa vida psíquica, a mobilização de nossas fantasias, nossas crenças, no interior da vida social. Afirma ser importante saber quais afetos nos mobilizam. Diante disto, só teremos mudanças sociais se houverem mudanças de afetos, e não de idéias. Descreve que o afeto que construiu nossas vidas sociais foi o medo. Medo da morte violenta, da despossessão dos bens, da perda, de ser espoliado. O Estado surgiria para proteger-nos dos nossos medos. Sua legitimação viria de uma capacidade de nos lembrar do risco iminente que corremos se nos afastarmos de sua proteção. Há sempre um jogo duplo entre desejo e medo, entre promessa e punição, constituindo assim o funcionamento do poder.

Saflate tenta pensar que tipo de mutação dos afetos permite o advento da política como prática de transformação. Trabalhará sobre dois paradigmas freudianos: o que está inscrito em “Totem e Tabu” e em “Psicologia das massas e análise do Eu”. Outro paradigma, quase negação interna do anterior, que nos abre espaço para uma reavaliação da dimensão política do pensamento freudiano, aparecerá na obra tensa “O homem Moisés e a religião monoteísta”. Retoma o pressuposto freudiano central: **o afeto que nos abre para os vínculos sociais é o desamparo**. Somente pessoas desamparadas podem agir e criar politicamente. Isto implica numa condição de estar sem ajuda, de não saber o que esperar do outro, ao mesmo tempo de estar implicado com ele.

A experiência central do desamparo como experiência política seria, então, de aceitarmos nos abrir para contingências que nos colocam em situações que não sabemos mais como prever, como controlar. Pergunta-se: será que precisamos deste controle?